

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA

Folha Nacional

10 DE NOVEMBRO DE 2023 | SEMANAL | ANO 2 | 35ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt

CORRUPÇÃO DO GOVERNO

QUEDA DE COSTA

LANÇA PAÍS

NUMA CRISE POLÍTICA



CHEGA exige explicações do primeiro-ministro e novas eleições: "É preciso acabar com o lodo da corrupção"

CORRUPÇÃO DO GOVERNO PROVOCA QUEDA DE COSTA

COM AGÊNCIA LUSA

António Costa acabou por não resistir a mais um caso de corrupção, que desta vez o envolve diretamente, sendo alvo de um inquérito autónomo no Supremo Tribunal de Justiça, ligado ao caso dos negócios do lítio, hidrogénio verde e um 'data center', levando à sua demissão. Estão também envolvidos outros membros do Governo. A operação resultou na detenção de Lacerda Machado, conhecido como o melhor amigo

do ex-primeiro-ministro, e de Vítor Escária, chefe de gabinete de Costa, com grandes ligações a José Sócrates, tendo sido seu assessor económico para os assuntos da Venezuela. Foram também feitas buscas aos ministérios de João Galamba, que foi constituído arguido, de Duarte Cordeiro, que é suspeito, e ao ex-ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, também suspeito.

Perante tão graves suspeitas a envolverem o círculo mais íntimo

Perante tão graves suspeitas a envolverem o seu círculo mais íntimo, Costa não teve outra alternativa que não fosse a porta da rua

de António Costa, e depois de ser mencionado pela Procuradoria Geral da República como sendo alvo de um processo crime relacionado com o caso dos negócios do lítio, hidrogénio verde e um 'data center', Costa não teve outra alternativa que não fosse a porta da rua. A operação levada a cabo pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal levou à detenção de Lacerda Machado, que para além de ser próximo de António Costa, tinha ain-

da uma relação de proximidade com Vítor Escária, através de quem terá alegadamente facilitado o acesso dos administradores da Start Campus, Afonso Salema e Rui Oliveira Neves, a membros do Governo.

Lacerda Machado passou a trabalhar desde o final de 2020 como consultor da Pioneer Point Partners e depois da Start Campus, auferindo cerca de 6.500 euros mensais pelo menos desde 2022. E terá sido pela sua conhecida relação de grande proximidade com o primeiro-ministro que o consultor poderia influenciar a imagem dos diferentes intervenientes junto de António Costa.

A partir de 2021, o consultor terá feito contactos regulares com António Costa e Vítor Escária, mas também com outros elementos do Governo, nomeadamente o ministro das Infra-



estruturas, João Galamba (constituído arguido), o ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro (não arguido), e o agora ex-ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, para que fossem tomadas decisões em favor dos interesses daquela sociedade.

De acordo com o MP, Vítor Escária terá aceitado os pedidos de Lacerda Machado para intervir junto do Governo e de outras entidades nas questões que envolviam a sociedade de Afonso Salema e Rui Oliveira Neves, que passaram a ter um acesso direto e regular a João Galamba. Estes contactos foram materializados em reuniões formais, em almoços e jantares privados - que foram por duas vezes pagos ao ministro, em aparente violação do Código de Conduta do Governo - e ainda em conversas via Whatsapp. Esta atuação dos dois administradores da sociedade estendeu-se ainda ao presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Nuno Lacasta, também constituído arguido. O chefe de gabinete do primeiro-ministro terá ainda apoiado Lacerda Machado, Afonso Salema e Rui Oliveira Neves na pressão ao presidente da Câmara Municipal de Sines, Nuno Mascarenhas (também detido), para conferir maior rapidez às decisões potencialmente ilícitas da autarquia e em favor dos projetos da Start Campus.

Após esses contactos, o autarca do PS ter-se-á comprometido em maio deste ano a agilizar procedimentos relacionados com aquela sociedade em troca da entrega de vantagens indevidas à Câmara de Sines e de apoios financeiros a iniciativas e projetos de outras entidades relaciona-

“
**É preciso
 acabar com
 o lodo da
 corrupção no
 qual o Partido
 Socialista
 afundou
 Portugal**
 ”

André Ventura

dos com a autarquia, como o Festival Músicas do Mundo ou o Clube de Futebol Vasco da Gama, de Sines. No centro da investigação, que começou em 2019, está a construção de um centro de dados em Sines, desenvolvido pela Start Campus e cuja primeira fase está já em conclusão.

Em abril de 2021, o primeiro-ministro esteve presente na assinatura do contrato para a instalação do 'data center', num projeto anunciado como o maior investimento estrangeiro das últimas décadas em Portugal e que poderá ascender a 3,5 mil milhões de euros. A operação do MP, com o apoio da Autoridade Tributária e da PSP, assentou em pelo menos 42 buscas em diversos locais e levou às detenções de Lacerda Machado, Vítor Escária, Nuno Mascarenhas, Afonso Salema e Rui Oliveira Neves, tendo sido constituídos arguidos João Galamba e Nuno Lacasta. O MP considerou haver fortes indícios de crimes de corrupção ativa e passiva de titular de cargo político, tráfico de influência e prevaricação. Na sequência do caso, António Costa anunciou na terça-feira a sua demissão do cargo de primeiro-ministro, mas recusou a prática "de qualquer ato ilícito ou censurável" e manifestou total disponibilidade para colaborar com a justiça "em tudo o que entenda necessário". Marcelo Rebelo de Sousa aceitou a demissão e convocou, para quarta-feira, os partidos para uma ronda de audiências no Palácio de Belém, em Lisboa, tendo reunido, no dia seguinte, o Conselho de Estado. À hora de fecho desta edição, Marcelo Rebelo de Sousa ainda não havia falado ao país, dando conta da sua decisão quanto à convocação ou não de eleições antecipadas.

ELEIÇÕES SÃO O DESEJO DE (QUASE) TODOS OS PARTIDOS

COM AGÊNCIA LUSA

O terramoto político que começou na terça-feira de manhã com as notícias que davam conta de buscas, inclusivamente, na residência oficial do primeiro-ministro, culminou com a demissão de António Costa. Nesta senda, o Presidente da República chamou a Belém todos os partidos com assento parlamentar antes de tomar uma decisão relativamente à

convocação ou não de eleições antecipadas – decisão que, à hora de fecho desta edição, não era ainda conhecida. O primeiro partido a ser ouvido foi o Livre. À saída da reunião, Rui Tavares defendeu que os portugueses devem conhecer “melhor os contornos” judiciais do caso que envolve António Costa e considerou que as negociações orçamentais estão “completamente esvaziadas”

e, se houver eleições, devem acontecer rapidamente. Por seu turno, a porta-voz do PAN defendeu que deve ser “salvaguardada a conclusão do Orçamento do Estado”, manifestando apreensão com a atuação da Justiça no caso que envolve António Costa e garantindo que o seu partido está preparado “para qualquer circunstância”. A coordenadora do Bloco de



© Folha Nacional



Levamos muito a sério as investigações que têm de ser feitas, e o que houver para investigar, deve ser investigado, sejam quais forem as consequências. É isso que se espera de uma democracia

Mariana Mortágua
Bloco de Esquerda



É necessário as pessoas sentirem que há um poder político, há um poder judicial, cada um nas suas funções, mas tudo a trabalhar em prol do país

Paulo Raimundo
PCP



A nossa convicção é que a situação preferencial é a nomeação de um Governo com um novo primeiro-ministro

Carlos César
PS



Protelar à espera de fechar o Orçamento do Estado para 2024, não nos parece que introduza um grande ganho para o país

Rui Tavares
Livre



É com preocupação que vemos o poder judicial deitar abaixo o Governo e, com isso, abrir uma crise política e económica para o país

Inês Sousa Real
PAN

ESSENCIAL





Esquerda disse que o Ministério Público deve esclarecer as razões para a abertura de um inquérito a António Costa, apelando a que a investigação seja célere, e voltou a pedir a convocação de eleições antecipadas porque "qualquer outra alternativa significa arrastar uma situação que é insustentável". O secretário-geral do PCP afirmou, por seu lado, que é "preciso que esses processos [judiciais] sejam rapidamente esclarecidos, investigados, e que se chegue a conclusões", frisando que tal é "importantíssimo para a credibilidade da própria democracia". Já o líder da Iniciativa Liberal apontou a realização de eleições antecipadas no fim de janeiro como a "única solução", com Rui Rocha a garantir que, do ponto de vista pré-eleitoral, "não temos nenhuma disponibilidade para entendimentos". O presidente do CHEGA, André Ventura, considerou que começa a gerar-se um consenso para a realização de eleições antecipadas entre fevereiro e março, para permitir que o PS escolha o sucessor de António Costa e que haja um instrumento orçamental. Sobre as notícias que têm vindo a lume da possibilidade de o PS nomear um primeiro-ministro interino, André Ventura, doutorado em Direito, foi perentório: "É apenas uma forma de pressão absurda que o PS está a fazer para evitar o cenário eleitoral. Qualquer pessoa que saiba um bocadinho de Constituição sabe que isso não é possível". O líder do terceiro maior partido

português disse ainda que "não teremos nenhuma solução em Portugal que passe por um acordo de incidência parlamentar. Ou haverá uma maioria de Governo ou não haverá uma maioria de Governo. E agora os portugueses, com esses dados em cima da mesa, têm a escolha sobre a formação do próximo executivo". "Os dados estão em cima da mesa, agora os portugueses têm de escolher se querem o PSD ou se querem o CHEGA", considerou. Já Luís Montenegro afirmou que não colocará obstáculos a que o Orçamento do Estado para 2024 possa ser ainda aprovado "se for mais útil ao país" e defendeu eleições antecipadas "o mais rápido possível". Por fim, e porque foi o último partido a ser recebido pelo Presidente da República, o presidente do Partido Socialista disse, no final da reunião, que o "ponto de vista" do partido que lidera é o de que é "possível, no atual quadro parlamentar, prosseguir a experiência governativa" com a nomeação de um novo primeiro-ministro socialista. "A nossa convicção é que a opção preferencial é a de nomeação de um governo com um novo primeiro-ministro", referiu Carlos César, sublinhando que o "PS continua a ser um partido que preza valores associados à democracia, estabilidade e respeito pelos mandatos que os governos têm e que resultam da vontade popular". Carlos César disse ainda aos jornalistas que é "absolutamente fundamental para o país termos o Orçamento do Estado aprovado", haja eleições ou não.

NESTA EDIÇÃO VEJA TAMBÉM



PORTUGAL COM ACESSO À SAÚDE ABAIXO DA MÉDIA DA OCDE

PÁG. 06



CONSULADO PORTUGUÊS NO BRASIL ALVO DE BUSCAS POR CORRUPÇÃO

PÁG. 08



DEPOIS DE AUMENTOS, INFLAÇÃO HOMÓLOGANA OCDE DESCE PARA 6,2%

PÁG. 10



ALEMANHA TERÁ POLÍTICA MIGRATÓRIA MAIS RÍGIDA A PARTIR DO PRÓXIMO ANO

PÁG. 12



GOVERNO ALEMÃO COLOCA DIREITA RADICAL SOB VIGILÂNCIA

PÁG. 13



Editorial
PATRÍCIA DE CARVALHO

COSTA NÃO DEIXA SAUDADES

PÁG. 16



A nossa perspetiva é que era melhor que este Orçamento não entrasse em vigor, mas não queremos que isso seja o núcleo da discussão política

Rui Rocha
Iniciativa Liberal



Temos de parar de enganar os portugueses. A solução de ir buscar alguém e nomeá-lo como primeiro-ministro, ou o doutor Santos Silva, ou o doutor Mário Centeno, é uma solução ilegal e inconstitucional

André Ventura
CHEGA



O que é desejável para o futuro do país é que a situação de instabilidade política se resolva o mais rápido possível. Tudo o que for acelerado deve ser acelerado

Luís Montenegro
PSD



PORTUGAL COM ACESSO À SAÚDE **ABAIXO** DA MÉDIA DA **OCDE**

 POR AGÊNCIA LUSA

O acesso dos portugueses ao sistema de saúde fica abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), segundo um relatório divulgado, que aponta os custos para os utentes como o principal problema.

Portugal supera a média da OCDE em apenas 24% dos indicadores-chave que definem o acesso à saúde, pode ler-se no relatório 'Saúde em relance 2023', que junta indicadores dos 38 países que compõem a OCDE. "Toda a população está coberta por um conjunto básico de serviços", mas "a cobertura financeira, com 63% das despesas cobertas previamente, foi inferior à média da OCDE, que é de 76%", pode ler-se no relatório. A satisfação com os cuidados de saúde foi também inferior, com 63% dos portugueses a dizerem-se satisfeitos (média da OCDE é de 67%), e as "despesas diretas, que representam 29% das despesas de saúde, foram superiores à média de 18%", refere ainda o relatório.

No que diz respeito a indicadores de saúde, Portugal está acima da média em 42% dos casos. Tem uma esperança de vida

1,2 anos acima da OCDE, mas a mortalidade evitável ou tratável é inferior à média dos restantes países e "13,3% das pessoas classificaram a sua saúde como má ou muito má", mais 5,2 pontos que o resto da organização. Já em relação aos riscos, Portugal está acima da média em 75% dos indicadores, com valores mais baixos de consumo de tabaco, obesidade e mortes causadas por poluição do ar, enquanto em questões como o álcool (10,5 litros per capita, acima dos 8,6 da OCDE) ou diabetes os dados são mais prejudiciais. Nos cuidados de saúde, tem uma mortalidade aos 30 dias após AVC superior à média da OCDE, registaram-se menos internamentos evitáveis e prescreveu mais antibióticos.

Nos cuidados preventivos, destaca-se o rastreio do cancro da mama, com 80%, acima da média da OCDE, de 55%.

No plano das despesas com o setor, Portugal só está acima da média em 30% dos indicadores, mas os dados indicam existir maior eficácia das despesas, segundo a organização. "Oito países gastam menos do que a média da OCDE, mas atingem uma esperança de vida globalmente mais eleva-

da", o que "pode indicar uma relação custo-benefício relativamente boa dos sistemas de saúde, não obstante o facto de muitos outros fatores", refere o relatório, que indica a Coreia do Sul, Espanha, Itália, Israel, Portugal, Chile, Costa Rica e Eslovénia como bons exemplos.

Portugal supera a média da OCDE em apenas 24% dos indicadores-chave que definem o acesso à saúde, pode ler-se no relatório 'Saúde em relance 2023'

No que diz respeito aos profissionais de saúde e recursos, Portugal tem 5,6 médicos por mil habitantes, acima da média da OCDE, que é de 3,7. "No entanto, os números em Portugal e na Grécia estão sobrestimados, uma vez que incluem todos os médicos autorizados a



ABERTA INSPEÇÃO AO CASO DAS GÊMEAS TRATADAS NO HOSPITAL DE SANTA MARIA

POR AGÊNCIA LUSA

A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) abriu um processo de inspeção ao caso das gémeas que vivem no Brasil e receberam um tratamento de 4 milhões de euros no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

"Informamos que a IGAS abriu um processo de inspeção sobre o processo de prestação de cuidados de saúde às duas crianças para verificar se foram cumpridas todas as normas aplicáveis a este caso concreto", adiantou a IGAS à agência Lusa. Em causa está uma reportagem da TVI, transmitida na sexta-feira, segundo a qual duas gémeas luso-brasileiras vieram a Portugal em 2019 receber o medicamento Zolgensma, - um dos mais caros do mundo - para a atrofia muscular espinhal, que totalizou no conjunto quatro milhões de euros.

Segundo a TVI, há suspeitas de que isso tenha acontecido por influência do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que já negou qualquer interferência no caso. "Quando as gémeas luso-brasileiras chegaram ao Hospital de Santa Maria para receber o tratamento de 4 milhões de euros para a atrofia muscular espinhal, os neuropediatras opuseram-se e dirigiram, em novembro de 2019, uma carta ao então presidente do conselho de administração,



Daniel Ferro, a dar contas das suas razões, da falta de dinheiro e pelo facto de as crianças já estarem a receber tratamento no Brasil", refere a TVI. "Não falei ao primeiro-ministro, não falei à

ministra [da Saúde], não falei ao secretário de Estado, não falei ao diretor-geral, não falei à presidente do hospital, nem ao conselho de administração nem aos médicos", frisou Marcelo.

SÓ ESTE ANO JÁ MORRERAM 18 PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL

POR AGÊNCIA LUSA

Os primeiros nove meses de 2023 registaram 18 mortes em contexto de violência doméstica, das quais 14 mulheres, três homens e uma criança, segundo os dados da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Face ao período homólogo de 2022 há uma diminuição no número total de vítimas, e fica igualmente abaixo dos totais registados no mesmo período dos anos 2021 (20), 2020 (20) e 2019 (27). Relativamente às queixas por

violência doméstica apresentadas nas autoridades, a CIG indica 23.306 ocorrências comunicadas à PSP e GNR entre janeiro e setembro de 2023, o que traduz um ligeiro aumento em relação às 23.260 queixas nos primeiros nove meses do ano passado, mas significativamente acima dos totais homólogos observados em 2021 (19.781), 2020 (21.623) e 2019 (22.362). O número de pessoas sujeitas a medidas de coação por este crime regista também um valor muito superior,

com 1.211 em setembro de 2023 - das quais 936 com vigilância eletrónica e 275 sem vigilância -, enquanto na mesma data do ano anterior eram somente 989 (798 com vigilância eletrónica e 191 sem vigilância). O crescimento é também extensível ao nível dos reclusos por violência doméstica, com 1.322 (998 em prisão efetiva e 324 em prisão preventiva) registados em setembro, enquanto no mesmo mês de 2022 não iam além dos 1.209 (958 em prisão efetiva e 251 em preventiva).

exercer a profissão", refere o relatório.

Já os enfermeiros são 7,4 por mil, abaixo da média (9,2). Nas camas hospitalares, os valores são também mais baixos, com 3,5 camas por mil habitantes, abaixo dos 4,3 da OCDE.

RUBRICA N
PORTUGAL
REAL

COIMBRA

CHEGA CRÍTICA "SHOT DE EUROS" NA FIGUEIRA DA FOZ

O Grupo de Trabalho Concelheiro do CHEGA na Figueira da Foz critica o investimento que foi feito para combater a erosão costeira a sul do município, considerando que o projeto foi apenas um desperdício de dinheiro. Esta posição surge na sequência dos avanços do mar na costa, apesar do "shot de areia" que lá foi colocado pelas autoridades. "O PS e a Agência Portuguesa do Ambiente executaram um shot de areia a sul do quinto molho na Cova Gala", escreve o grupo de trabalho numa nota de imprensa, acrescentando que se tratou, na verdade, de um "shot de euros", pois são "milhares de euros dos contribuintes atirados ao mar". "Antes do Natal desapareceram os euros todos e o mar vai continuar a cavar o seu caminho. Nada que não tenha sido dito às autoridades competentes na devida altura", lê-se ainda.

CASTELO BRANCO

CHEGA DENUNCIA ATRASOS QUE PREJUDICAM ALUNOS NA SERTÃ

A deputada municipal do CHEGA na Sertã, distrito de Castelo Branco, tem vindo a alertar para a falta de condições que os alunos do município enfrentam, desde os materiais e infraestruturas disponíveis, até aos autocarros que têm vindo a registar um atraso constante. Numa intervenção na Assembleia Municipal, Cátia Pinto criticou o facto de terem sido alterados os horários dos autocarros, o que tem levado muitos alunos a chegarem ou em cima da hora ou mesmo atrasados às aulas. "Não existe um contrato a ser cumprido?", questionou a deputada. Na mesma intervenção, a autarca do CHEGA alertou ainda para o facto de algumas escolas não disporem de espaços na rua que abriguem os alunos da chuva durante o inverno, obrigando-os a permanecer o dia todo no interior do edifício escolar.

CONSULADO PORTUGUÊS NO BRASIL ALVO DE BUSCAS POR CORRUPÇÃO



© PR
POR AGÊNCIA LUSA

O consulado de Portugal na cidade brasileira do Rio de Janeiro foi alvo de buscas, na terça-feira, por parte das autoridades brasileiras e portuguesas, num caso de suspeita de corrupção relacionado com a obtenção de visto, indicaram fontes oficiais. As buscas das autoridades brasileiras e portuguesas no Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, num caso de suspeita de corrupção relacionado com a obtenção de vistos, ocorreram na "sequência de denúncias de utentes", disse a Embaixada. Numa nota, a Embaixada de Portugal no Brasil confirmou estar a decorrer uma investigação ao Consu-

lado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, "que resulta de um inquérito da Inspeção-Geral Diplomática e Consular (IGDC) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)". "Tendo em conta os factos apurados, em sede de inquérito da IGDC, foi feita comunicação ao Ministério Público que tem, neste momento, o seu processo em curso, coadjuvado por trabalhadores do MNE", concluiu a Embaixada de Portugal no Brasil. O consulado de Portugal na cidade brasileira do Rio de Janeiro foi alvo de buscas, na terça-feira, por parte das autoridades brasileiras e portuguesas, num caso de suspeita de corrupção relacionado com

a obtenção de vistos, indicaram fontes oficiais. As investigações "apuram o agendamento ilícito de vagas para a prática de atos consulares, além dos crimes de corrupção, concussão, peculato e falsificação de documentos cometidos por funcionários do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, em conluio com requerentes de vistos e nacionalidade portuguesa", indicou a Polícia Federal (PF) do Brasil, em comunicado. De acordo com a mesma nota, foi realizada no Brasil uma ação conjunta com as autoridades portuguesas para cumprir cinco mandados de busca e apreensão nos municípios do Rio de Janeiro e Saquarema.

As buscas no Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, num caso de suspeita de corrupção relacionado com a obtenção de vistos, ocorreram na "sequência de denúncias de utentes", disse a Embaixada

Cerca de 30 agentes brasileiros e portugueses, para além de membros do Ministério Público de Portugal, cumpriram "os mandados expedidos pela Justiça Federal brasileira, a qual atendeu pedidos de mandados de busca e apreensão formulados por autoridades portuguesas", detalharam as autoridades. Fotografias partilhadas na página oficial da PF mostram agentes da Polícia Federal e da Polícia Judiciária de Portugal dentro do Consulado de Portugal no Rio de Janeiro durante as buscas. Em resposta à agência Lusa, a Polícia Federal indicou não existirem "até o momento" mais atualizações sobre o balanço da operação intitulada de Agendródomo.

EX-MINISTRO CABRITA NÃO VAI A JULGAMENTO

POR AGÊNCIA LUSA

O ex-ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita não vai a julgamento no caso do atropelamento mortal de um trabalhador na A6, em 2021, confirmou a defesa do antigo governante. A informação foi adiantada pela CNN e confirmada à Lusa pelo advogado do ex-governante, Manuel Magalhães e Silva. A decisão instrutória do tribunal de

Évora está em linha com a posição do Ministério Público (MP), em outubro, quando defendeu que o ex-ministro não deveria ser pronunciado para julgamento. De acordo com o MP, não havia indícios suficientes que sustentassem a ida de Eduardo Cabrita a julgamento, considerando que o ex-governante ia a trabalhar e a responder a e-mails e telefonemas durante a viagem e não se apercebeu da presença do peão na via. Também entendeu que

não ficou provado que o ex-ministro soubesse da velocidade a que seguia o veículo no interior do qual era transportado ou que tivesse dado indicações sobre a velocidade do carro ao motorista. No dia 18 de junho de 2021, Nuno Santos, funcionário de uma empresa que realizava trabalhos de manutenção na A6, foi atropelado mortalmente pelo automóvel em que seguia o então ministro da Administração Interna, no concelho de Évora.

METADE DOS MUNICÍPIOS NÃO REPORTA DADOS FINANCEIROS AO GOVERNO



POR AGÊNCIA LUSA

Cerca de metade dos municípios não reporta dados financeiros, afirmou a ministra da Coesão Territorial, justificando desta forma a proposta de aumento para 20% da retenção das transferências do Orçamento do Esta-

do para os incumpridores. Ana Abrunhosa esteve quarta-feira no parlamento a defender as propostas do Ministério da Coesão Territorial para o Orçamento do Estado do próximo ano (OE2024), no dia seguinte à demissão do primeiro-ministro, António

Costa. A proposta de OE2024 prevê que os municípios que não reportem dados de desempenho financeiro nem informações sobre a execução das competências recebidas no âmbito da descentralização tenham como sanção a retenção de 20% das verbas que receberiam através do Orçamento. Atualmente esta sanção já existe, mas é de 10%. "Cerca de metade dos municípios dos municípios não reporta dados", disse Ana Abrunhosa, destacando que a proposta partiu do ministério porque o Governo precisa que as autarquias façam esse reporte. A governante destacou ter toda a disponibilidade para alterar a proposta e para um trabalho conjunto com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) "para que esta situação não exista". A ministra afirmou ainda que a falta de previsão de continuidade da Comissão de Acompanhamento da Descentralização na proposta de OE2024, outra das críticas da ANMP ao documento, "é um lapso" pois "ela deve continuar a existir". Segundo a ANMP, são 77 as câmaras que estão com 10% das verbas retidas por falta de reporte financeiro. A presidente da associação, Luísa Salgueiro, considera que "não faz sentido penalizar os municípios que não consigam fazer este reporte adequadamente", porque o processo é muito burocrático e penaliza sobretudo as autarquias mais pequenas.

ORÇAMENTO DOS AÇORES COM CHUMBO CERTO



POR AGÊNCIA LUSA

OS/Açores vai votar contra as propostas de Plano e de Orçamento da região para 2024, por "responsabilidade para com o futuro dos Açores", anunciou, esta semana, o líder da estrutura partidária, Vasco Cordeiro. "Esta proposta de Plano e de Orçamento está a agravar a situação da região e a conduzi-la para um beco sem saída e, por responsabilidade para com os Açores, para com as próximas gerações, para com as presentes gerações de açorianos, o Partido Socialista não pode votar a favor desta proposta. Por responsabilidade para com o futuro dos Açores, o Partido Socialista não pode ficar indiferente e só pode, em nome dos Açores, votar contra esta proposta de Plano e de Orçamento", afirmou Vasco Cordeiro. O líder regional socialista falava, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, no arranque de umas jornadas parlamentares do partido. Com o voto contra do PS, é quase certo o chumbo do Plano e do Orçamento da região para 2024 na Assembleia Legislativa

dos Açores, documentos que serão votados na semana de 20 a 24 de novembro. PSD, CDS-PP e PPM formaram governo nos Açores, em novembro de 2020, com acordos parlamentares com CHEGA e Iniciativa Liberal, que lhes asseguravam a maioria de deputados na Assembleia Legislativa dos Açores. Apenas o deputado independente Carlos Furtado já anunciou um voto favorável aos documentos, o que, com os partidos da coligação, soma 27 votos de um total de 57 assentos (para viabilizar a aprovação são necessários 29). O deputado da Iniciativa Liberal já anunciou que iria votar contra as propostas de Plano e Orçamento. Os deputados do CHEGA e do PAN revelaram, em entrevistas à Antena 1/Açores, que não iriam votar favoravelmente, e o líder do BE/Açores anunciou na rádio pública o voto contra do partido. Em 30 de outubro, o PSD/Açores assegurou que o Governo Regional não se iria demitir caso o Plano e o Orçamento da região para 2024 fossem chumbados.

DEPOIS DE AUMENTOS NO VERÃO, INFLAÇÃO HOMÓLOGA NA OCDE DESCE PARA 6,2%

POR AGÊNCIA LUSA

A taxa inflação homóloga na OCDE, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), diminuiu para 6,2% em setembro, contra 6,4% em agosto, depois de ter aumentado em julho e agosto. Num comunicado divulgado, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) precisa que a inflação desceu em setembro em 27 Estados membros e subiu em oito. A taxa de inflação registou aumentos de cerca ou mais de um ponto percentual em Espanha, Costa Rica (o único país da OCDE onde a inflação global foi negativa), Eslovénia e Turquia. Na Turquia, na Hungria e na Colômbia registou-se uma inflação de dois dígitos. A inflação dos produtos alimentares na OCDE abrandou pelo décimo mês consecutivo, atingindo 8,1% em setembro, contra 8,8% em agosto. No entanto, a inflação dos produtos alimentares ainda excedeu os 10% em nove países da OCDE. A inflação da energia aumentou entre agosto e setembro em 22 países da OCDE, mas manteve-se negativa no conjunto da OCDE. A inflação subjacente, excluindo os produtos alimentares e a energia, registou uma ligeira moderação, passando de 6,8% em agosto para 6,6%. No G7, a inflação homóloga



manteve-se globalmente estável, situando-se em 4,1% em setembro, contra 4,2% em agosto. A inflação da energia tornou-se positiva pela primeira vez desde fevereiro de 2023, atenuando o

abrandamento contínuo da inflação dos produtos alimentares e da inflação subjacente. A Alemanha registou uma grande queda da inflação global, de 6,1% em agosto para 4,5% em

setembro, impulsionada principalmente por uma queda acentuada da inflação da energia. Isto refletiu um efeito de base, uma vez que os preços da energia aumentaram em setembro

de 2022, na sequência do fim das medidas de apoio (o bilhete de nove euros para os transportes públicos e o desconto nos combustíveis). Na maioria dos outros países do G7, a inflação global manteve-se estável ou diminuiu ligeiramente. Em França, a inflação homóloga da energia subiu para 11,7%

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico refere que a inflação desceu em setembro em 27 Estados membros e subiu em oito

em setembro, contra 7,0% em agosto, refletindo em parte a eliminação gradual dos apoios para conter a inflação. Os produtos não alimentares e não energéticos continuaram a ser os principais contribuintes para a inflação global na maioria dos países do G7 em setembro. Na zona euro, a inflação homóloga medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) desceu para 4,3% em setembro, face a 5,2% em agosto. Em outubro, a estimativa provisória do Eurostat aponta para uma nova queda da inflação homóloga na zona euro, para 2,9%, o nível mais baixo desde julho de 2021.

FABRICANTES EUROPEUS SOBEM PREÇOS DOS CARROS MUITO ACIMA DA INFLAÇÃO

POR AGÊNCIA LUSA

Os cinco maiores fabricantes de automóveis da Europa aumentaram os preços dos modelos mais baratos numa média de 41% desde 2019, "quase o dobro" da taxa de inflação acumulada durante este período, indica um estudo divulgado. Os preços de um Peugeot 208, um Seat Ibiza e um Renault Twingo subiram quase 6.000 euros, um aumento de 37,56%, enquanto os modelos Mercedes Classe A e B aumentaram mais de 10.000 euros (38% e 37%, res-

petivamente), de acordo com uma nova análise publicada pela organização não-governamental (ONG) ambientalista Transport & Environment (T&E). Os preços subiram "muito acima" dos níveis de inflação ou do custo das matérias-primas e outros componentes, pelo que os construtores obtiveram "lucros recorde" de 64 mil milhões de euros em 2022 e distribuíram este ano dividendos em ações no valor de 27 mil milhões de euros. De acordo com os dados

analisados, salienta a T&E, esta situação surge numa altura em que os construtores "lutaram para frustrar as novas medidas de poluição, a norma Euro 7, com um custo 200 euros por carro", alegando que "são demasiado caras e vão levar a aumentos de preços incontroláveis". A Comissão Europeia propôs a norma em 2022, visando reduzir a poluição para "salvar milhares de vidas ceifadas pela poluição atmosférica" e "melhorar a qualidade do ar".

DESEMPREGO FIXA-SE NOS 6,1% NO 3.º TRIMESTRE

POR AGÊNCIA LUSA

A taxa de desemprego em Portugal manteve-se nos 6,1% no terceiro trimestre de 2024, o que corresponde à mesma taxa do trimestre anterior e 0,1 pontos percentuais acima do mesmo período de 2022, informou, na quarta-feira, o Instituto Nacional de Estatística (INE). De acordo com o INE, entre julho e setembro passados, a população desempregada, estimada em 326.100 pessoas, aumentou 0,5% - o correspon-

dente a 1.400 pessoas - em relação ao trimestre anterior e 4,4% (13.700 pessoas) relativamente ao homólogo. Por outro lado, refere o INE, a taxa de subutilização do trabalho foi estimada em 11,3% para o terceiro trimestre, o que representa uma diminuição de 0,1 pontos percentuais do segundo para o terceiro trimestre. Estes dados mostram também uma estabilização face ao mesmo trimestre do ano passado.

Opinião


A EMERGÊNCIA DE UM DESÍGNIO PARA PORTUGAL

POR JOSÉ DE CARVALHO
PROFESSOR DE HISTÓRIA

Dia 7 de Novembro do ano da Graça de 2023. Uma data a assinalar nos anais do regímen democrático. Pela primeira vez na História da democracia, um Primeiro-Ministro (PM), com maioria absoluta conquistada há pouco mais de um ano, demite-se com estrondo. A opinião pública foi percebendo, ao longo dos últimos anos, que havia - e há - todo um rol de suspeitas de inúmeros casos de corrupção que ensombram vários governantes e envolvem o próprio Chefe de Governo. Uma evidência que salta(va) à vista de todos os mais atentos aos assuntos da res publica. Um cataclismo político atinge Portugal, ameaçando contaminar a reputação e o bom nome da Nação nos círculos internacionais e diplomáticos.

Perante a demissão do dr. Costa, todos percebem que se abre um novo ciclo político em Portugal. Contudo, para que esse «novo ciclo político» seja efectivo, é fundamental que as "linhas vermelhas" não impeçam a construção de uma verdadeira alternativa governativa.

Para essa alternativa, que se precisa de construir com urgência, e assumi-la perante a Nação, há vários compromissos que, num País em estado de sonambulismo socialista, devem ser assumidos perante o eleitorado. É fundamental perceber-se que há uma alternativa governativa a construir para Portugal e as pseudo-direitinhas andam preocupadas, nas tv's do regímen, com o "papão da extrema-direita". A essas direitinhas, não se lhes conhece uma ideia ou projecto para o País, mas sobra-lhes um desprezo doentio pelo partido que representa uma esperança. Afinal, para as direitinhas, os problemas da corrupção endémica e do empobrecimento não existem, restando o magno assunto da "extrema-direita".

Assim sendo, urge encontrar um DESÍGNIO NACIONAL que mobilize os Portugueses, livrando a Nação do empobrecimento a que estamos condenados pelo socialismo reinante e seus cúmplices. Um desígnio que está nas nossas mãos e necessitamos de o agarrar e elevar. Para essa alternativa, há vários compromissos que, num País em estado de sonambulismo

mo socialista, devem ser assumidos perante o eleitorado.

Afinal, urge um verdadeiro desígnio para Portugal! Urge um desígnio para colocar Portugal a crescer. Urge um desígnio para combater a pobreza vigente em Portugal, com um programa sério de combate ao empobrecimento.

Urge um desígnio para aumentar a riqueza nacional e os salários de quem trabalha, se sacrifica e paga impostos, para manter este País a funcionar.

Urge um desígnio para libertar Portugal da «teia burocrática» em que está enredado.

Urge um desígnio para retirar Portugal da corrupção endémica que tudo sufoca. Urge um desígnio para livrar Portugal da «ditadura fiscal» que nos empobrece a cada dia que passa.

Urge um desígnio para combater o presente e preocupante «inverno demográfico» que está a condenar Portugal e as nossas muitas e boas gentes.

Urge um desígnio para o Ensino, colocando um ponto final na anarquia, indisciplina (tantas vezes delinquência) e impunidade reinantes nas escolas. Urge um desígnio que livre os nossos filhos e netos da hedionda agenda do arco-íris e usa as escolas e universidades para a doentia formatação ideológica.

Urge um desígnio para defender os Professores e demais profissionais do ensino, os médicos e restantes profissionais de saúde e as Forças de Segurança na sua dignidade profissional e social.

Urge um desígnio para defender a propriedade privada, o investimento e a legítima criação de riqueza. Urge um desígnio para defender a Família, como célula base da sociedade, assim como a Vida como soluções reais para a crise contemporânea. Urge um desígnio para defender a Tradição e a identidade nacionais. Urge um desígnio para defender Portugal e os Portugueses. Que os próximos tempos sejam aproveitados para esta oportunidade de livrar o País do sufocante socialismo ideológico, económico e cultural, que tem contribuído para o empobrecimento endémico. Não é por mim, nem apenas por nós, é mesmo pelos Portugueses. Que a oportunidade seja aproveitada para esse novo ciclo político e que a todos nos mobilize num verdadeiro desígnio nacional!

Urge um desígnio para combater o presente e preocupante «inverno demográfico» que está a condenar Portugal e as nossas muitas e boas gentes.



Urge encontrar um desígnio nacional que mobilize os Portugueses, livrando a Nação do empobrecimento a que estamos condenados pelo socialismo

◀ José de Carvalho



Nesta nova era imperam os pensamentos assertivos de uma minoria que força a imposição de novos ideais de forma rude e ofensiva

Maria do Carmo ▶

Opinião


DESAFIOS DO ENSINO: IDENTIDADE DE GÉNERO

POR MARIA DO CARMO GOMES
PROFESSORA

Nesta nova era imperam os pensamentos assertivos de uma minoria que força a imposição de novos ideais de forma rude e ofensiva. Cresce o cenário dos ideais de género e sexualidade e da sua imposição e alteração social, defendida pelos partidos que nos governam, sedentos de poder e cegos pela ganância da ascensão política e financeira. A transformação das normas de género tradicionais em prol de uma crescente consciência de diversas identidades de género e orientações sexuais tentam moldar diariamente a consciência coletiva da Nação. Desde reformas legais até ao discurso público e currículos educacionais, o governo socialista da República tem procurado implementar em Portugal medidas ditas progressistas, mas que, na realidade, são descuidadas e sem prevenção, tal como fez, por exemplo, com as leis da imigração.

Estas mudanças representam perigosos e desnecessários desafios, especialmente aos professores, os quais já são confrontados com uma infinidade de obstáculos, tais como a luta pela dignificação e progressão na carreira, falta de autoridade na sala de aula, burocracia excessiva, alteração constante do sistema de ensino e falta de tempo para a planificação das atividades letivas, que são, afinal, o núcleo da sua profissão.

Os professores desempenham um papel fundamental no crescimento intelectual e pessoal dos seus alunos. Transmitem conhecimento, promovem o pensamento crítico e ajudam na aquisição e no desenvolvimento de competências. No entanto, nos últimos anos, uma camada adicional de responsabilidade foi imposta aos professores, nomeadamente a de lidar com ideais de género em evolução e as questões da sexualidade que lhe estão relacionadas em contexto da sala de aula. É crucial reconhecer que, embora os professores sejam figuras influentes na vida dos alunos, não são substitutos dos pais. A orientação e compreensão de assuntos relacionados com sexualidade e identidade de género são tarefas que cabem à família.

As escolas são lugares onde os alunos são tratados como iguais, independentemente da

sua identidade de género ou orientação sexual. Incentivar um ambiente de género neutro e inclusivo é importante, mas isso não se deve traduzir em situações em que os professores são forçados a participar em discussões divisivas e inapropriadas em termos de desenvolvimento para crianças e jovens de tenra idade.

Uma crescente preocupação com a idade em que essas conversas são introduzidas no círculo escolar, especialmente pelos pares, que devido a conversas de café e à visualização de conteúdos abrasivos nas redes sociais, influenciam os mais ingénuos, levando alguns a considerar que a bissexualidade ou a homossexualidade é uma matéria de moda, ao passo que a heterossexualidade se equipara a homofobia. Crianças de dez anos, em desenvolvimento biológico e psicológico, não têm de afirmar a sua identidade de género. Não é normal que numa aula de matemática para crianças de acabadas de sair do ensino primário, a professora recorra a um simples exemplo para a aprendizagem de um conteúdo, que outrora era objetivamente entendido por todos nós, mas que, nos dias de hoje, causa uma revolução, designadamente perceber a estatística através da percentagem de elementos do sexo masculino e do sexo feminino que constituem a turma, pois uma das meninas diz ser rapaz e não aceita fazer parte da percentagem referida ao sexo feminino. Situações como estas hoje abundam nas nossas salas de aula e comprovam que as crianças em desenvolvimento não têm, nem devem, ser expostas a interpretações dúbias, propensas a semear noções impróprias no seu pensamento e desenvolvimento sexual, porventura em oposição aos interesses da família das próprias crianças.

É imperativo que Portugal continue a abraçar o progresso e a inclusão, mas isso deve ser feito de maneira a preservar a missão essencial das suas instituições educacionais, isto é, educar e preparar a próxima geração para os desafios e oportunidades que se apresentam, respeitando conscientemente os limites apropriados para essas discussões sensíveis.



ALEMANHA TERÁ POLÍTICA MIGRATÓRIA MAIS RÍGIDA A PARTIR DO PRÓXIMO ANO

POR AGÊNCIA LUSA

O chanceler alemão, Olaf Scholz, e os chefes dos estados regionais alemães decidiram adotar uma série de medidas para tornar o país menos atraente para os migrantes, que entrarão em vigor no próximo ano. Redução das ajudas financeiras, redução dos prazos para análise dos pedidos de asilo e controlo das fronteiras são algumas das medidas apresentadas em conferência de imprensa por Olaf Scholz, pelo

chefe do governo regional da Baixa Saxónia (norte), Stephan Weil, e pelo de Hesse (oeste), Boris Rhein. As medidas foram adotadas depois de os municípios responsáveis pelo acolhimento de um milhão de ucranianos no ano passado e de um afluxo de migrantes do Médio Oriente e de África este ano terem-se queixado e "feito soar" um alarme. Os municípios alegaram ter atingido os seus limites orçamentais com os custos de acolhimento dos migrantes e exigiram mais dinheiro ao Estado federal.

Por outro lado, o Governo está preocupado com a situação, que beneficia o partido de direita radical, o AfD (Alternativa para a Alemanha), como demonstrou o aumento de votações que registou nas duas eleições regionais, a última das quais aconteceu no início de outubro. No final de uma maratona de reuniões os responsáveis explicaram como pretendem tornar o país menos atrativo para migrantes. Desde logo, cada migrante contará com menos ajuda financeira. Até agora, qualquer estrangei-

As medidas foram adotadas depois de os municípios responsáveis pelo acolhimento de um milhão de ucranianos no ano passado e de um afluxo de migrantes do Médio Oriente e de África este ano se terem queixado

ro que chegasse a um primeiro centro de acolhimento — onde é alimentado e alojado — recebia 182 euros em dinheiro por mês "para as suas necessidades pessoais necessárias". Para evitar que este dinheiro seja enviado para o país de origem pelos requerentes de asilo, os migrantes terão, a partir de final de janeiro, um cartão para comprar o que necessitam nas lojas. No ano passado, 91.986 pessoas entraram no país ilegalmente, quase o dobro dos 57.637 que o fizeram em 2021.

SONDAGEM COLOCA TRUMP À FRENTE DE BIDEN EM CINCO ESTADOS-CHAVE

POR AGÊNCIA LUSA

Um ano das eleições presidenciais norte-americanas, uma sondagem publicada pelo New York Times coloca o potencial candidato republicano Donald Trump à frente do Presidente Joe Biden em cinco de seis estados-chave. De acordo com a sondagem do New York Times/Siena College, o ex-presidente republicano domina as intenções de voto no Nevada (52% contra 41% para Joe Biden), Geórgia (49%/43%), Arizona (49%/44%), Michigan (48%/43%) e

Pensilvânia (48%/44%), enquanto Joe Biden venceria no Wisconsin (47%/45%), estados onde venceu em 2020. A tendência dos resultados não favorece o atual Presidente norte-americano, com 67% dos inquiridos a considerarem que o país vai na direção errada, 59% a desaprovarem a forma como Biden desempenha o seu papel (46% desaprovam veementemente) e 71% concordam com a ideia de que, aos 80 anos, "é velho demais para ser um Presidente eficaz".



ISRAEL SERÁ RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA DE GAZA INDEFINIDAMENTE

POR AGÊNCIA LUSA

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, advertiu que Israel ficará encarregado da segurança de Gaza por tempo indeterminado, quando terminar a guerra que travam naquele território contra o movimento islamita palestino Hamas. "Acredito que Israel terá, por um período indefinido, a responsabilidade global pela segurança porque vimos o que acontece quando não a temos", frisou Netanyahu,

num excerto da entrevista à estação norte-americana ABC. "Quando não temos essa responsabilidade pela segurança, o que temos é uma erupção do terror do Hamas numa escala que não poderíamos imaginar", acrescentou. O governante israelita respondeu, quando questionado sobre quem deveria governar Gaza quando a guerra terminasse: "Aqueles que não querem seguir o caminho do Hamas".

PARLAMENTO FRANCÊS DEBATE LEI QUE LIMITA DIREITOS DE IMIGRANTES



POR AGÊNCIA LUSA

Os deputados do Senado francês vão analisar um projeto de lei sobre imigração que ameaça limitar os direitos dos requerentes de asilo e dos migrantes, denunciou a organização humanitária Human Rights Watch. "As autoridades

francesas estão novamente a tentar apresentar um conjunto de medidas erradas sobre imigração", considerou a investigadora sénior para a Europa da Human Rights Watch, Eva Cossé, citada em comunicado. "Dividir as famílias e diminuir

os direitos dos requerentes de asilo não é a resposta às preocupações de segurança do país", sublinhou.

O projeto de lei será debatido no Senado (a câmara alta do parlamento francês), sendo depois enviado para a Assembleia Nacional (câmara baixa) em dezembro. O Governo apresentou a medida em fevereiro, mas, em março, adiou o debate devido à falta de apoio no parlamento.

Se for aprovado, o projeto permitirá às autoridades emitir uma ordem para o migrante deixar o território francês, mesmo que a pessoa se enquadre numa categoria protegida pela lei existente. As proteções existentes abrangem situações pessoais e familiares, como pessoas que chegaram a França antes dos 13 anos, têm residência de longa duração em França ou são cônjuges ou pais de um cidadão francês. A lei permitirá que as autoridades desconsiderem essas proteções se o comportamento do estrangeiro for considerado "uma ameaça grave à ordem pública", apesar de o projeto de lei não explicar o que é entendido como "ameaça grave" e "ordem pública".

O ministro do Interior francês sinalizou que o Governo pretende acrescentar ainda outra disposição ao projeto de lei para facilitar a deportação de cidadãos estrangeiros com suspeitas de ligações a "ideologia radical".

DIREITA RADICAL SOB VIGILÂNCIA NA ALEMANHA

POR AGÊNCIA LUSA

Os serviços de informações alemães deverão colocar "sob vigilância sistemática" as atividades e os membros do partido Alternativa para a Alemanha (AfD, direita radical) na Saxónia-Anhalt, alegando uma radicalização deste movimento político na região. O chefe dos serviços de informações, Jochen Hollmann, alegou que o AfD "defende po-

sições inconstitucionais e tornou-se tão radicalizado desde a pandemia do coronavírus que se justifica a vigilância sistemática com o uso de meios de inteligência". Por esta razão, os seus serviços ficam autorizados a registar sem restrições dados pessoais de dirigentes do AfD, com o objetivo de "recolher informações sobre as atividades extremistas". A vigilância rigorosa não teve até agora impacto na forte popula-

ridade da AfD nestas regiões. A nível nacional, a AfD aproveitou nos últimos meses a insegurança da população, resultante de um novo afluxo de migrantes ao país. As sondagens indicam que o partido de direita radical está agora na segunda posição em intenções de voto (cerca de 21%), atrás dos conservadores, o que lhe permite antecipar bons resultados nas eleições regionais do próximo ano na Turíngia, Brandemburgo e Saxónia.

PP CONVOCA MANIFESTAÇÕES EM 50 CIDADES CONTRA AMNISTIA



POR AGÊNCIA LUSA

O presidente do Partido Popular espanhol (PP, direita) considerou que a amnistia de independentistas catalães é "uma aberração" e um ataque ao estado de direito e anunciou manifestações em 50 cidades de Espanha no próximo domingo.

Feijóo reiterou ainda as críticas ao perdão de parte da dívida da Catalunha ao estado espanhol, que também está nos acordos do PSOE com os partidos separatistas

Alberto Núñez Feijóo considerou que o partido socialista espanhol (PSOE), liderado por Pedro Sánchez, acordou "uma aberração" com os independentistas catalães para ser reconduzido primeiro-ministro e prometeu contestação por parte do PP "com todos os recursos, em to-

das as instâncias e em todos os âmbitos", incluindo nas ruas. Feijóo afirmou que Espanha vive "o maior ataque ao estado de direito" da sua história democrática e anunciou manifestações em todas as capitais de província no próximo domingo. "Aviso que não nos vamos calar. (...) Querem que nos esqueçamos, mas vamos lembrá-lo todos os dias", afirmou o líder do PP, o partido mais votado nas eleições espanholas de 23 de julho, mas sem uma maioria suficiente para conseguir a viabilização parlamentar de um governo liderado por Feijóo. O PSOE foi o segundo partido mais votado e o socialista Pedro Sánchez está a fechar acordos com partidos nacionalistas e independentistas catalães, bascos e galegos que lhe permitirão ser reconduzido como líder do Governo de Espanha. Feijóo reiterou ainda as críticas ao perdão de parte da dívida da Catalunha ao estado espanhol, que também está nos acordos do PSOE com os partidos separatistas. Sánchez "é capaz de qualquer coisa pelo poder" e compra votos "com a indignidade do povo espanhol e os impostos de todos os cidadãos", afirmou Feijóo.



Opinião



O VOTO DEVERIA SIMULTANEAMENTE SER UM DIREITO E UM DEVER

POR **NUNO DE SALDANHA E DAUN**
DEPUTADO MUNICIPAL EM CASCAIS

É uma incongruência que o cidadão tenha a obrigatoriedade de pagar os seus impostos, possibilitando ao Estado exercer a sua actividade colectiva e, no entanto, não ser obrigado a exercer o direito de voto sem o qual a democracia, por definição, perde sustentabilidade.

Existe em matemática um método demonstrativo chamado prova por contradição (ou redução ao absurdo). É um método de prova matemática indireta, não construtiva. Este tipo de prova é feito assumindo-se como verdade o contrário do que queremos provar e então chegando-se a uma contradição.

E a contradição é esta. Se por absurdo ninguém votasse numa eleição com várias listas a consequência seria nenhuma delas ser eleita. Seria uma abstenção de 100% o que em tese é possível, mas que tornaria o acto eleitoral totalmente inócuo.

As Democracias que não usam o voto obrigatório apostam sempre na presunção de, pelo menos, alguns cidadãos irem votar o que à partida determina desde logo uma distorção na adequada avaliação da verdadeira vontade popular.

Votar é um direito, mas não é um dever em alguns países como Portugal, o que permite que Governos sejam eleitos apenas por uma parte dos eleitores quando a abstenção é significativa.

Não existe concordância quanto à questão de o voto obrigatório beneficiar a Esquerda ou a Direita. Há argumentos válidos nos dois sentidos. Pessoalmente entendo que a abstenção se verifica principalmente no eleitorado de Direita já que a Esquerda é normalmente mais militante e mais participativa.

Outras análises feitas ao comportamento dos eleitores que potencialmente seriam abstencionistas é que estes, no voto obrigatório e uma vez colocados perante a intimidade do preenchimento do boletim, tendem a colocá-lo no partido que afinal mais se aproxima das suas convicções em vez de depositarem na urna um voto em branco ou mesmo nulo.

Ora o voto obrigatório, com regras específicas como as

que já existem em países europeus como a Bélgica, o Luxemburgo, o Liechtenstein, o Chipre, a Grécia e a Turquia ou fora da Europa como o Brasil, a Austrália, o México e outros num total de 22 países, poderia muito bem ser introduzido na Constituição Portuguesa numa próxima revisão.

Em 1971 o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem concluiu que o voto obrigatório não viola a liberdade de expressão do cidadão pois o que dele se exige é que compareça na mesa de voto, podendo nela colocar um voto branco ou nulo no caso de não pretender apoiar nenhum dos Partidos concorrentes.

Em Portugal o Partido Chega já apresentou uma proposta nesse sentido em sede de revisão constitucional. Noutros momentos mais recuados políticos como Adriano Moreira, Freitas do Amaral e até Carlos César manifestaram-se no mesmo sentido. Vital Moreira e Miguel Portas entre outros manifestaram-se contra.

Quer o voto obrigatório quer o voto facultativo ambos concedem legitimidade aos órgãos eleitos porque é a Constituição em cada país que a define. Não é isso que está em causa.

Mas quando uma abstenção, com vários Partidos a concorrer, ultrapassa os 50% convenhamos, que essa legitimidade é politicamente questionável se um deles for o mais votado com, por exemplo, 30% dos votos contados o que, na prática, são 15% do universo dos eleitores inscritos.

Alguns estudiosos (Engelen, 2004) argumentam que o facto de existirem leis que forçam os cidadãos a fazer algo não só não é antidemocrático como é até prática corrente: todas as leis implementadas pelos governos obrigam os cidadãos a fazer ou não fazer algo, mesmo que parte da população se possa opor à legislação em questão e, consequentemente, à obrigação que ela implica.

Portanto, a questão inicial mantém-se: se é obrigatório pagar impostos para que o Estado exerça a sua actividade colectiva então porque boa razão não se é obrigado a votar para uma Democracia mais consistente e, manifestamente, mais representativa?



Votar é um direito, mas não é um dever em Portugal, o que permite que Governos sejam eleitos apenas por uma parte dos eleitores

◀ Nuno Daun



Recuperar Portugal da hecatombe socialista não é uma tarefa célere, exequível num breve e singular mandato de quatro anos

Diogo Godinho ▶

Opinião



VISÃO DE ESTADO - PARTE II

POR **DIOGO GODINHO**
ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DE DIREITO

A pouco menos de seis meses das cerimónias oficiais dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril, a nossa atenção deve manter-se firme na construção de um projeto credível e estruturado para o país. Refiro-me a um modelo económico, sociopolítico e até cultural totalmente alternativo e disruptor do presente. Sem ilusões, utopias ou expecativas pueris, há que ter em mente que a transformação mais profunda do nosso Estado e da nossa sociedade requer tempo, persistência e sobretudo o esvaecimento de uma geração socialstóide que dê lugar a uma geração verdadeiramente patriota.

Recuperar Portugal da hecatombe socialista não é uma tarefa célere, exequível num breve e singular mandato de quatro anos. Digo que não o é, pelo menos na forma genuína como todos desejamos que o seja, isto é, com reformas estruturais, permanentes e efetivas. Aliás, até seria irrealista querer destruir o que foi feito em 50 anos e construir algo estável com bases sólidas em apenas quatro anos de mandato. Contudo, chegar ao governo de Portugal permite virar a página no manual da história do nosso país, e por isso, é de importância vital que do resultado das próximas eleições legislativas de 2026, o CHEGA consiga fazer parte do próximo executivo. Mais importante é ainda, que ao leme do Dr. André Ventura, o CHEGA consiga liderar esse executivo para começar a reverter um conjunto de políticas nefastas que colocam Portugal num abismo sem precedentes. Em abril de 2024, mais importante do que andar de cravos ao peito e cantilenas pachorrentas na lapela, temos o dever para com as nossas gerações passadas e vindouras de olharmos para o futuro e de deixarmos bem claro a agenda política que vai colocar Portugal no lugar próspero que merece.

O programa de reformas que se exige deve apresentar para o setor primário uma agenda genuinamente conservadora do nosso património florestal e promotora da vida no interior, com vista ao crescimento e aumento da produção na atividade agrícola. Para o efeito, urgem reformas do nosso or-

denamento do território que não só preservem a nossa área florestal, como também promovam a atratividade do nosso interior e o crescimento do setor agropecuário. Neste âmbito, Portugal como nação soberana deverá equacionar os ditames de Bruxelas relativos à política agrícola comum. É premente a reversão das políticas absurdas que condenam os nossos produtores agropecuários a receber subsídios em troca de não produzirem. Enquanto não revertermos esta lógica subsidiodependente que nos coloca na inércia e atavismo, Portugal nunca alcançará a soberania alimentar. O mesmo se aplica ao setor das pescas, tão fustigado por décadas pela imposição de quotas e os traumáticos abates de frotas pesqueiras. Reformar Portugal no setor primário coloca-nos na exigência de pensarmos numa série de políticas estruturais e coadjuvantes daquelas medidas que o CHEGA tem vindo (e bem) a apresentar. Desde logo, para a valorização do setor agropecuário é de importância capital a criação de políticas que incentivem as empresas e as famílias das grandes áreas metropolitanas do litoral a deslocarem-se para o interior.

É igualmente necessário estimularmos as gerações mais jovens pelo apeço ao mundo rural e às atividades agrícolas, bem como pelas atividades pesqueiras, devendo-se para o efeito continuar a promover a criação de mais estabelecimentos de ensino técnico-profissional que ministrem cursos da área. A transformação de Portugal passa efetivamente por revitalizar economicamente o setor primário, investindo nele, prestigiando-o, modernizando-o com tecnologia de ponta e atraindo os jovens portugueses para estas profissões, ao invés de se empregar mão de obra estrangeira, vinda não se sabe bem de onde, para ganhar batuta e meia e viver em condições deploráveis.

Portugal, historicamente como nação de pescadores, agricultores e pastores, deve resgatar o prestígio económico destes setores. A recuperação da soberania de Portugal passa também por voltarmos à nossa base: a terra e o mar.

MAIS DE 250 ARTISTAS VÃO EXIBIR OBRAS EM 33 ESPAÇOS PARA O LISBON ART WEEKEND

COM AGÊNCIA LUSA

O Lisbon Art Weekend regressa entre quinta-feira e domingo para dar a conhecer 33 espaços de arte contemporânea e mais de 250 artistas em exposições, performances e conversas de entrada gratuita, segundo a organização. Em 5.ª edição, o evento reúne espaços em diferentes zonas de Lisboa, desde galerias, ateliês de artistas e equipamentos expositivos com diversas tutelas, para dar visibilidade ao circuito de arte contemporânea da capital e à diversidade criativa.

Com entrada gratuita para todas as atividades, ao longo de três dias vão ser apresentadas exposições coletivas e individuais, em paralelo com um programa de conversas, concertos, performances e instalações.

A Balcony Gallery, a Galeria Foco, a Monitor Lisbon, a 3+1 Arte Contemporânea, a Galeria Francisco Fino, a Cristina Guerra Contemporary Art, a Galeria Vera Cortês, Underdogs Gallery, a Zaratan - Arte Contemporânea, Appleton, Dialogue Gallery, Atelier Concorde, Casa da Liberdade - Mário Cesariny/Perve Galeria, Fábrica das Águas, Galeria 111 e Hangar Centro de Investigação Artística são alguns espaços que fazem parte do programa.



Entre outros, participam os artistas portugueses e estrangeiros Ana Sofia Sá, Andrea Paz Espinoza, Eunice Gonçalves Duarte, Irit Batsry, Juliana Matsuura, e, Joana Gomes, Kwame

Sousa, André Saraiva, Pinelopi Triantafyllou, João Mouro, Maja Escher, Manuela Falcão, Henrique Neves, Robert Worley, Cécile Matignon e Olivia Borges. Vários artistas irão fazer visi-

tas guiadas ao público às suas exposições, ao longo dos quatro dias, nomeadamente Pedro Cabrita Reis, João Onofre, Márcio Vilela, Diego Castro e Ricardo Valentim.

No programa está prevista ainda uma conversa sobre 'Criação, curadoria e cura', por Gisela Casimiro e André Tecedeiro, uma visita guiada à exposição 'Crossing a bridge on fire', da artista belga Berlinde De Bruyckere, no Museu de Arte Contemporânea do Centro Cultural de Belém, e

Com entrada gratuita para todas as atividades, ao longo de três dias vão ser apresentadas exposições coletivas e individuais

à nova exposição permanente 'Objeto, corpo e espaço'.

A Lisbon Art Weekend é uma organização sem fins lucrativos que pretende contribuir para o fortalecimento e fluidez da cena artística contemporânea na cidade através da fusão de uma diversidade de espaços de arte como galerias, espaços de artistas, coleções de arte privadas, museus e projetos públicos dedicados às artes.

O LAW organiza um fim de semana anual para os amantes da arte de Portugal e de todo o mundo visitarem Lisboa e o seu cenário artístico contemporâneo, realizando-se a edição de 2023 entre 09 a 12 de novembro.

MUSEU DE LEIRIA ESTREIA PROGRAMA DE VISITAS EM LÍNGUA GESTUAL

POR AGÊNCIA LUSA

O Museu de Leiria estreia no domingo um programa de visitas guiadas em Língua Gestual Portuguesa (LGP) destinadas a pessoas surdas, proposta incluída no âmbito da programação que assinala o 106.º aniversário daquele espaço cultural.

Na manhã de domingo, com o técnico Mário Coelho estará a intérprete de LGP Elsa Silva, conduzindo ambos a visita ao Museu de Leiria, naquela que será a primeira iniciativa do género.

A celebrar 106 anos de criação e oito anos nas atuais instalações, no antigo Convento de Santo Agostinho, o Museu de Leiria avançou que o objetivo é criar condições para "uma maior acessibilidade (...) a equipamentos e projetos culturais" de "comunidades minoritárias sub-representadas no espaço público". Destinada a pessoas surdas e também ouvintes, a apresentação dos conteúdos seguirá o percurso regular, passando pela exposição de longa dura-

ção e pela exposição temporária desenvolvida em parceria com a Diocese de Leiria-Fátima. No domingo há ainda um concerto e segunda-feira é apresentada a performance para famílias 'O rebelde do Lapedo'. No dia 15, dia de aniversário do espaço cultural, há leitura encenada, apresentação de um livro infantojuvenil e um concerto comentado com a Camerata do Orfeão de Leiria. A comemoração encerra no dia 16 com o teatro de marionetas.

ARTUR SOARES DIAS ARBITRA DÉRBI SLB-SCP

COM AGÊNCIA LUSA

O árbitro Artur Soares Dias vai dirigir, pela nona vez na sua carreira, um dérbi entre Benfica e Sporting, no domingo, para a 11.ª jornada da I Liga, informou a Federação Portuguesa de Futebol (FPF).

O árbitro da Associação de Futebol do Porto, de 44 anos e internacional desde 2010, é considerado um dos melhores árbitros portugueses. No jogo do próximo domingo, vai ter como assistentes no Estádio

da Luz, em Lisboa, Paulo Soares e Pedro Ribeiro, enquanto o quarto árbitro vai ser Fábio Veríssimo e no videoárbitro (VAR) vai estar Tiago Martins. O dérbi entre o Sporting, líder isolado do campeonato com 28 pontos, e o campeão em título, Benfica, segundo com 25 pontos, mais dois pontos do que o FC Porto, está marcado para domingo, às 20h30, no Estádio da Luz, em Lisboa, tendo transmissão na Benfica TV.

FMI QUER BANCOS EM PORTUGAL A CRIAREM ALMOFADA FINANCEIRA

O Fundo Monetário Internacional aconselhou os bancos portugueses a evitar canalizar para dividendos a totalidade dos lucros, que estão a aumentar nos últimos meses, pedindo antes reforço das reservas de capital como 'almofada' perante um eventual aumento do malparado e das falências, frisando a necessidade da existência de "amortecedores adicionais".

BASTONÁRIO ADMITE RISCOS PARA OS DOENTES EM BRAGA

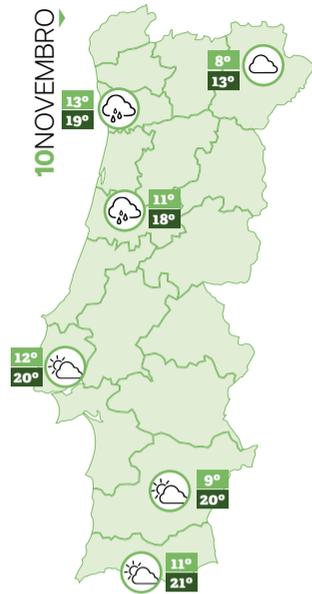
O bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes, afirmou que a segurança dos doentes na urgência de cirurgia do Hospital de Braga "pode estar comprometida" por falta de capacidade de atendimento. "Os médicos não podem entrar em vários locais ao mesmo tempo", alertou, explicando que os médicos estão a dar apoio aos doentes internados e aos que chegam da urgência.

SERÁ FEITA AUDITORIA AO CASO DAS GÉMEAS DO SANTA MARIA

O Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte (CHULN) "decidiu dar início a uma auditoria interna para aferir sobre os procedimentos que foram realizados antes e durante o tratamento" para a Atrofia Medular Espinhal administrado às duas gémeas luso-brasileiras. Segundo o CHULN, até ao término dos procedimentos não serão feitos comentários.

CGD FOI MULTADA PELA ACT POR NÃO PAGAR HORAS EXTRA

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC) disse que a Autoridade para as Condições de Trabalho tem sancionado a CGD por esta não pagar horas extraordinárias a trabalhadores. Em comunicado, o STEC afirmou que a "CGD viola a lei e não paga o trabalho suplementar" e que são milhares as horas extra não pagas anualmente.



Meteorologia

Cidade	11/11	12/11	13/11	14/11	15/11	16/11
PORTO	sábado 11/11 16° / 19°	domingo 12/11 16° / 19°	segunda-feira 13/11 16° / 19°	terça-feira 14/11 14° / 19°	quarta-feira 15/11 13° / 18°	quinta-feira 16/11 11° / 17°
COIMBRA	sábado 11/11 16° / 20°	domingo 12/11 17° / 19°	segunda-feira 13/11 14° / 20°	terça-feira 14/11 13° / 20°	quarta-feira 15/11 13° / 19°	quinta-feira 16/11 12° / 18°
LISBOA	sábado 11/11 16° / 21°	domingo 12/11 16° / 22°	segunda-feira 13/11 14° / 21°	terça-feira 14/11 13° / 21°	quarta-feira 15/11 13° / 21°	quinta-feira 16/11 13° / 20°
FARO	sábado 11/11 15° / 22°	domingo 12/11 15° / 23°	segunda-feira 13/11 14° / 23°	terça-feira 14/11 14° / 23°	quarta-feira 15/11 13° / 23°	quinta-feira 16/11 13° / 22°

Insólito da Semana

ATAQUE TERRORISTA NA EUROPA E CURA PARA O CANCRO EM 2024. SERÁ?



Vangelia Dimitrova é uma conhecida vidente búlgara que, apesar de ter morrido em 1996, deixou várias previsões escritas, sendo que algumas delas se concretizaram. De acordo com o site Astrofame, a vidente, mais conhecida por Baba Vanga, acertou em acontecimentos como a que-

da das Torres Gémeas, nos EUA, a queda do Muro de Berlim, a morte da princesa Diana e até o Brexit. Para 2024 a previsão é a de que um país europeu sofrerá um atentado terrorista de dimensões nunca vistas na Europa e na Rússia Vladimir Putin será assassinado. Baba Vanga previu também que no próximo

ano haverá um tsunami na Tailândia que será "100 vezes pior do que aquele que foi vivido em 2004" e os EUA serão afetados por um terramoto e uma crise financeira. No que diz respeito a evoluções científicas, a vidente deixou escrito que será encontrada a cura para a doença de Alzheimer, VIH e cancro.

Efialtes



Capture o código QR e acompanhe online >



N

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMÍSSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPL, N.º 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A. RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÓVOA DO PINHEIRO SÍTIOS OFICIAIS: FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 13 050 UNIDADES